

PROVA OBJETIVA

CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

QUESTÃO 01. São incumbências do Juiz na direção do processo, EXCETO:

- (A) promover, após o trânsito em julgado, a autocomposição, preferencialmente com auxílio de conciliadores e mediadores judiciais;
- (B) dilatar os prazos processuais e alterar a ordem de produção dos meios de prova, adequando-os às necessidades do conflito de modo a conferir maior efetividade à tutela do direito;
- (C) prevenir ou reprimir qualquer ato contrário à dignidade da justiça e indeferir postulações meramente protelatórias;
- (D) determinar o suprimento de pressupostos processuais e o saneamento de outros vícios processuais

QUESTÃO 02. Há impedimento do juiz, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo, EXCETO:

- (A) de que conheceu em outro grau de jurisdição, tendo proferido decisão;
- (B) quando for sócio ou membro de direção ou de administração de pessoa jurídica parte no processo;
- (C) em que figure como parte instituição de ensino com a qual não tenha relação de emprego ou decorrente de contrato de prestação de serviços;
- (D) quando for herdeiro presuntivo, donatário ou empregador de qualquer das partes;

QUESTÃO 03. São inquiridos em sua residência ou onde exercem sua função, EXCETO:

- (A) Os vereadores municipais;
- (B) Os deputados estaduais;
- (C) Os senadores;
- (D) Os deputados federais;

QUESTÃO 04. Das opções abaixo, o juiz poderá resolver o mérito quando:

- (A) o processo ficar parado durante mais de 1 (um) ano por negligência das partes;
- (B) por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias;
- (C) homologar a desistência da ação;
- (D) verificar a existência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo;

QUESTÃO 05. É condição da extinção do processo de execução:

- (A) A obrigação não for satisfeita;
- (B) O exequente renunciar ao crédito;
- (C) Ocorrer a prescrição corrente;
- (D) A petição inicial for deferida.

CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL

QUESTÃO 06. São condições de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, exceto:

- (A) O depósito do seu montante integral;
- (B) A denegação de medida liminar em mandado de segurança;
- (C) O parcelamento;
- (D) A moratória;

QUESTÃO 07. Extingue o crédito tributário:

- (A) O parcelamento;
- (B) A alienação de bem, de valor inferior ao débito, em ação judicial;
- (C) A avaliação judicial de bem dado em garantia;
- (D) A transação;

QUESTÃO 08. A lei relativa à contribuição de melhoria observará os seguintes requisitos mínimos, no tocante à publicação prévia dos elementos a seguir, exceto:

- (A) Orçamento da venda da obra;
- (B) Delimitação da zona beneficiada;
- (C) Determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição;
- (D) Memorial descritivo do projeto;

QUESTÃO 09. Em relação aos tributos, somente a lei pode estabelecer:

- (A) A instituição de tributos, mas não a sua extinção;
- (B) A cominação de penalidades para as ações ou omissões contrárias a seus dispositivos, ou para outras infrações nela definidas;
- (C) As hipóteses de exclusão, suspensão e extinção de créditos tributários, ou de dispensa ou majoração de penalidades;
- (D) A fixação de alíquota do tributo sem sua base de cálculo;

QUESTÃO 10. Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará:

- (A) A analogia;
- (B) Os princípios gerais do direito privado;
- (C) Os princípios gerais do direito consuetudinário;
- (D) A racionalidade;

CÓDIGO PENAL

QUESTÃO 11. Não há crime quando o agente pratica o fato:

- (A) Em estado de embriaguez;
- (B) Em necessidade de defesa;
- (C) Em restrito cumprimento de dever legal;
- (D) No exercício regular de direito;

QUESTÃO 12. As penas restritivas de direito são, com exceção:

- (A) Prestação pecuniária;
- (B) Perda de bens e valores;
- (C) Limitação de dias na semana;
- (D) Prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas;

QUESTÃO 13. As penas de interdição temporária de direitos são, exceto:

- (A) Proibição do exercício de cargo, função ou atividade política;
- (B) Suspensão de autorização ou de habilitação para dirigir veículo;
- (C) Proibição de frequentar determinados lugares;
- (D) Proibição de inscrever-se em concurso, avaliação ou exame públicos;

QUESTÃO 14. São circunstâncias que sempre agravam a pena, quando não constituem ou qualificam o crime, exceto:

- (A) Ter o agente cometido o crime por motivo fútil ou torpe;
- (B) Ter o agente cometido o crime à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação, ou outro recurso que dificultou ou tornou impossível a defesa do ofendido;
- (C) Contra ascendente, descendente, irmão ou cônjuge;
- (D) Contra criança, maior de 65 (sessenta e cinco) anos, enfermo ou mulher grávida;

QUESTÃO 15. São circunstâncias que sempre atenuam a pena, com exceção de:

- (A) Ter o agente cometido o crime por motivo de relevante valor social ou moral;
- (B) Cometido o crime sob coação irresistível;
- (C) Cometido o crime sob a influência de multidão em tumulto, se não o provocou;
- (D) Ser o agente menor de 21 (vinte e um) anos, na data do fato, ou maior de 70 (setenta) anos, na data da sentença.

LEI DOS BENEFÍCIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

QUESTÃO 16. Indendem de carência a concessão das seguintes prestações, exceto:

- (A) Pensão por morte;
- (B) Auxílio-reclusão;
- (C) Salário-maternidade;
- (D) Salário-família;

QUESTÃO 17. A concessão das prestações pecuniárias do Regime Geral da Previdência Social depende dos seguintes períodos de carência, exceto:

- (A) Aposentadoria por idade: 180 (cento e oitenta) contribuições mensais;
- (B) Auxílio-doença: 6 (seis) contribuições mensais;
- (C) Aposentadoria Especial: 180 (cento e oitenta) contribuições mensais;
- (D) Aposentadoria por Invalidez: 12 (doze) contribuições mensais;

QUESTÃO 18. A pensão por morte será devida ao conjunto dos dependentes do segurado que falecer, aposentado ou não, a contar da data, do óbito:

- (A) Quando requerida até trinta dias depois do óbito;
- (B) Quando requerida até sessenta dias depois do óbito;
- (C) Quando requerida até noventa dias depois do óbito;
- (D) Quando requerida até quinze dias depois do óbito;

QUESTÃO 19. Salvo no caso de direito adquirido, não é permitido o recebimento conjunto dos seguintes benefícios da Previdência Social, exceto:

- (A) Aposentadoria e auxílio-doença;
- (B) Mais de uma aposentadoria;
- (C) Aposentadoria e abono de permanência em serviço;
- (D) Duas pensões por morte;

QUESTÃO 20. A Previdência Social rege-se pelos seguintes princípios e objetivos, exceto:

- (A) Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;
- (B) Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios;
- (C) Universalidade da aquisição dos planos previdenciários;
- (D) Irredutibilidade do valor dos benefícios de forma a preservar-lhes o poder aquisitivo;

PROVA DISSERTATIVA

ORIENTAÇÕES

QUESTÃO ÚNICA.

Para responder a esta questão leia atentamente o texto abaixo, o qual serve de orientação ao tema proposto.

Quais os principais desafios do cargo de juiz federal? Há diferença do exercício da profissão em cada Tribunal?

O desafio é enorme, já que, como se pode imaginar, decidir o destino das pessoas não é uma tarefa simples. Deve-se julgar sempre com imparcialidade, à luz do Direito, reconhecendo quem tem razão na demanda.

As pressões existem de todos os lados. É fácil observar que, em uma decisão judicial, sempre uma das partes vai ficar insatisfeita. Por vezes, ambas!

Mas, com humildade, dedicação e responsabilidade, faz-se um bom trabalho, que impacta a sociedade, e é essa a grande beleza da magistratura!

Não há grandes diferenças de trabalho entre os diversos Tribunais. O juiz, uma vez aprovado no concurso de um Tribunal, ficará a ele vinculado, salvo raras exceções, como é o caso de permuta ou remoção para outro.

Por exemplo, o Tribunal Regional federal da 4a Região, ao qual estou ligado, engloba os três Estados do Sul: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Então, posso trabalhar em qualquer Vara Federal de qualquer desses Estados.

Como é o dia a dia deste profissional?

A atividade diária do juiz inclui o andamento do processo, proferindo despachos, decisões, sentenças. É bastante comum a realização de audiências, nas quais ouve as partes, testemunhas, peritos etc.

Além disso, também deve estar à disposição para ouvir, mesmo fora das audiências previamente marcadas, qualquer pessoa interessada em algum dos processos sob sua responsabilidade, como advogados, autores e réus.

Fonte: texto adaptado de Prado, Leandro Cadenas. O que faz um juiz federal? Editora Impetus, 2012. Disponível em: <<https://www.impetus.com.br/noticia/702/o-que-faz-um-juiz-federal>> Acesso em 23 out. 2018.

Com base na previsão constitucional, disserte sobre a competência da Justiça Federal de Primeiro e Segundo Graus.

Será levado em conta, para fins de apuração da nota final da dissertação o conhecimento do tema abordado e o domínio da Língua Portuguesa, nos termos do item 7.3 e seguintes do Edital Regulador.

Utilize o rascunho, se necessário, e **transcreva a redação final** junto à **grade dissertativa definitiva**, ***preenchendo-a a caneta preta***.

Salienta-se que **SOMENTE SERÁ CORRIGIDA** a redação que **estiver transcrita na grade da redação definitiva**, que deverá conter o texto da prova dissertativa.

Boa Prova!

**PROCESSO SELETIVO PARA ESTAGIÁRIO DO CURSO DIREITO – EDITAL
03-2018 (JUSTIÇA FEDERAL – ERECHIM/RS)**

RASCUNHO DO TEXTO DA PROVA DISSERTATIVA

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	